

Frigga Haug*

Para uma teoria das relações de gênero**

*Professora e pesquisadora do Institut für Kritische Theorie, Alemanha.

** Tradução de Rodrigo Rodrigues.

Meu propósito é apresentar uma crítica da economia política dos gêneros partindo do desenvolvimento de uma teoria das relações de gênero (masculino-feminino). Em primeiro lugar, proponho mostrar que elementos e como fundamentam tal teoria Marx e Engels. Depois relerei seus trabalhos tomando o método proposto por Louis Althusser a fim de mostrar a ausência de uma teoria da inclusão das relações de gêneros nestes autores. Em um terceiro lugar, passarei às contribuições de Antonio Gramsci que integra uma teoria das relações de gênero em suas notas sobre fordismo. Finalmente, ponho em consideração uma breve resenha do desenvolvimento atual das relações de gênero e como estas são percebidas no contexto da globalização neoliberal.

Requisitos para um conceito das relações de gênero

O conceito de relações de gênero deve permitir-nos estudar criticamente como os sexos servem para reproduzir o conjunto das relações sociais. Em algum sentido, então, tem que pressupor o que é um resultado das relações sociais, ou seja, a existência dos gêneros no sentido reconhecido historicamente como homem e mulher. Sobre a base de uma complementaridade na procriação, (uma base natural), o que é assumido como ser natural é também formado historicamente. A partir disso, os sexos saem do processo social como não iguais, e sua não-igualdade se converte no fundamento ou base de futuras formações. Desta maneira, as relações de gênero se convertem em relações reguladoras fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são absolutamente centrais para perguntas referidas à divisão trabalhista, dominação, exploração, ideologia, política, lei, religião, moral, sexualidade, corpos-sentidos, e linguagem etc., ao mesmo tempo em que transcendem cada um destes âmbitos. Em

breve, nenhuma área poderá ser estudada de maneira insensata sem pesquisar como as relações de gênero a moldam e são por sua vez moldadas.

As relações de gênero só podem ser ignoradas assumindo –como de fato o faz a ciência burguesa tradicional– que há somente um sexo, o masculino, em cujo caso todas as relações devem ser representadas como masculinas. Uma das conquistas do feminismo nas últimas três décadas foi começar a reescrever a história da teoria social, adicionando a mulher esquecida até esse momento. Muito freqüentemente, entretanto, esta revelação é obscurecida pela fenomenologia do homem e a mulher que existe em uma relação específica na sociedade, em uma constelação que é um efeito das relações de gênero, mas que, tomadas em si mesmas, concentram a análise nas relações entre indivíduos particulares. Começar daí torna difícil subverter uma presumida realidade fixa dos sexos. Em lugar disso, os conceitos devem ser construídos de maneira tal que permita reconhecer que a questão está em movimento e, portanto, sujeita em trocas. Nesse sentido, considero que um conceito deve incitar e fomentar sua própria discussão. O conceito das relações de gênero, como aquele das relações de produção, deve refletir a multiplicidade de relações práticas e, desse modo responder à formação de atores assim como à reprodução do conjunto social. É por isso que não se apóia em noções de uma relação fixa ou de atores naturais fixos.

Marx e Engels

Em seus primeiros textos econômicos, Marx utiliza uma fórmula que pode ser utilizada para relações de gênero. Refiro a seguinte expressão: “os sexos em suas relações sociais”. Engels fala das relações entre gêneros, mas perde a oportunidade de analisar as relações de gênero junto às relações de produção como aspectos da prática social. Em ambos os casos a problemática da relação entre os sexos aparecia repetidamente em seus escritos como parte integrante de seu projeto de liberação. Em *A sagrada família* pode ler-se:

A mudança de uma época histórica pode determinar-se sempre pela atitude de progresso da mulher diante da liberdade, já que é aqui, na relação entre a mulher e o homem, entre o fraco e o forte, onde com major evidencia se acusa a vitória da natureza humana sobre a brutalidade. O grau da emancipação

feminina constitui a pauta natural da emancipação geral (Marx e Engels, 1962: 261).

Em *A Ideologia Alemã*, ambos os autores desenvolvem um esboço de seu futuro estudo sobre esta problemática central. Entre os momentos “que existiram do começo da história e os primeiros seres humanos”, está aquele no qual os “indivíduos, que diariamente produzem sua vida material, começam a produzir outros seres humanos”. Trata-se da relação entre o homem e a mulher, os pais e os filhos, em uma palavra: a família. No início a família é a única relação social, depois se converte em um aspecto subordinado quando o incremento de necessidades cria novas relações sociais e o aumento no número de indivíduos cria novas necessidades. Desde o começo declaram:

A produção da vida, tanto da própria no trabalho, como da alheia na procriação, se manifesta imediatamente como uma dupla relação social –de uma parte, como uma relação natural, e de outra como uma relação social–; no sentido de que por ela se entende a cooperação de diversos indivíduos, quaisquer que sejam suas condições, de qualquer modo e para qualquer fim. Desde onde se desprende que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial leva sempre aparelhado um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase social, modo de cooperação que é por sua vez “força produtiva”; que as somas das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve estudar-se e elaborar-se sempre em conexão com a história da indústria e do intercâmbio (Marx e Engels, 1982: 29).

Aqui podemos acrescentar que a história da indústria e do intercâmbio deve também ser estudada em inter-relação com a história da relação social natural, a organização da procriação. A observação sobre a transformação desta organização chamada família deveria nos induzir a estudar o mencionado processo de subordinação em tanto sinal de uma mudança na significação social atribuída a esta. De fato, no texto mencionado encontramos uma série de indicações para iniciar o desenvolvimento nesta direção. A desigual distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e seus produtos encontra sua

primeira forma na família na qual as mulheres e os meninos são os escravos do homem. Neste sentido, Marx e Engels assinalam que: “a escravidão, ainda muito rudimentar, certamente, latente na família, é a primeira forma de propriedade, que, pelo resto, já aqui corresponde perfeitamente à definição dos modernos economistas, segundo a qual é o direito a dispor da força de trabalho dos outros” (Marx e Engels, 1982: 32).

A divisão do trabalho é possível sobre o excedente de produção que por sua vez contribui para produzir. De maneira similar, o aumento da população promove o incremento da produção dos meios de vida e estes contribuem para incentivar a primeira. Deste modo, é condição a um tempo de dominação e desenvolvimento. Assim é que dois coincidentes modos de dominação que se determinam um a outro determinam o processo da história: o controle sobre a força de trabalho na produção dos meios de vida, e o controle do homem sobre a força trabalhista da mulher, sua capacidade reprodutiva e seus corpos sexuais. Este vínculo causa que o desenvolvimento seja de uma vez, parte da destruição de seu próprio fundamento. Logo depois destas imprecisas observações, Marx e Engels abandonam a área das relações de gênero em sua crítica da economia política e se voltam para as relações de capital, trabalho na indústria e intercâmbio.

Leitura sintomática

Em seu livro *Ler o Capital* (1972), Louis Althusser centra-se na maneira em que Marx elaborou sua crítica ao conceito de valor de Adam Smith, embora este em si mesmo estivesse ausente do texto. A idéia de Althusser é que enquanto desenvolvemos perguntas nascidas de uma problemática, podemos descobrir algo como a fugaz presença de um aspecto do invisível. “O invisível se revela em sua categoria como um engano teórico, como ausente ou sintoma”. Para fazer visível o invisível, necessitamos algo como um ardiloso olhar de um diferente ponto de vista, que é desenvolvido no texto em questão e o transcende ao mesmo tempo. Continuando, relerei Marx e Engels desta maneira sintomática, mantendo em mente a pergunta sobre as relações masculino-feminino, que percorrem de forma ligeira seus textos como uma perturbação ou distúrbio.

Começamos por *O Capital* (Marx, 1986: Tomo I). Marx aponta que a conservação e reprodução da classe trabalhadora constituem condição necessária para a

reprodução do capital. Entretanto, os capitalistas podem deixar este aspecto em mãos dos trabalhadores já que se trata de sua própria autopreservação e reprodução. É por isso que as bases para um incremento da população operária, necessário para a reprodução capitalista, formam parte do âmbito do privado e não requer atenção uma vez que aparece como um mero obséquio da natureza. O controle do homem sobre a mulher na família faz da organização das relações de gênero algo apenas perceptível. Um exemplo disto é justamente a menor valoração do trabalho da mulher por comparação com o trabalho do homem, condição esta que torna a mulher particularmente mais propensa à exploração capitalista: o trabalho da mulher e da criança é mais barato.

Em seus *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*, Marx (1993) dá cifras exatas sobre a composição de gêneros da nova força trabalhista da fábrica para cada condado. Por sua vez, Engels avalia numerosas estatísticas que mostram que na indústria britânica ao menos dois terços dos trabalhadores eram mulheres concluindo que isto prova “o deslocamento do trabalhador masculino”. Considera isto um “investimento da ordem social” que conduz à dissolução da família. Neste estágio não reflete na divisão do trabalho entre gêneros o que fez que visse a classe trabalhadora como exclusivamente masculina. Depois descobre que a divisão social e doméstica do trabalho é historicamente específica e, além disso, que o que realiza trabalho doméstico é sempre dominado por quem tem seu papel fora do lar, e que, portanto a divisão entre trabalho assalariado e trabalho doméstico promove um padrão de dominação nas relações de gênero. Engels descreve as terríveis conseqüências para os meninos que tem o trabalho da mulher na fábrica, mas o faz no marco das categorias morais, deixando oculto o caráter constituinte próprio das relações de gênero sob o capitalismo. Em *O Capital*, Marx (1986: Tomo II) adota estas observações ao conceitualizar o trabalhador espontaneamente como homem que vende sua força de trabalho com o objetivo de reproduzir-se e manter a sua família. O valor da força de trabalho inclui o valor das mercadorias necessárias para a produção do trabalhador ou a propagação da classe trabalhadora. Engels retoma o mesmo ponto em *Anti-Duhring* (1969). Ao mesmo tempo, ambos estão confrontados com a contradição em relação à qual o trabalhador masculino é substituído pela mulher e o menino. Dada a existente relação de gêneros, isto causa a destruição dos fundamentos naturais da classe operária, seu “esgotamento e morte”. Desde que a hipótese da masculinidade do proletariado é encarada no texto mais

ou menos irrefletidamente, Marx e Engels não explicam que a forma de trabalho assalariado supõe o salário pelo trabalho masculino, ou um sistema de relações de gênero nas quais a produção dos meios de vida é socializada, enquanto que a reprodução dos trabalhadores e sua substituição é a responsabilidade privada de famílias individuais, e assim é que parece não ser um assunto social. O entrelaçado da exploração capitalista e uma específica divisão do trabalho em relações de gênero históricas mostram que entre outros tipos de opressão, a produção capitalista se apóia na opressão da mulher. Marx se aproxima disto, como em um instante de reconhecimento, quando em *O Capital* argumenta que os trabalhadores devam ser substituídos fazem sua reprodução necessária e, portanto, o modo de produção capitalista é condicionado por outros modos de produção exteriores a sua fase relativa de desenvolvimento (Marx, 1986: Tomo II).

Seguidamente, Marx observa “a peculiar composição do grupo operário, formado por indivíduos de ambos os sexos” e finalmente a atribuição de uma parte importante dos processos de produção socialmente organizados à esfera da economia doméstica como um novo fundamento econômico para uma forma superior da família e das relações entre os sexos. É bastante óbvio que esta manifestação se refere à relação entre os sexos e não ao conjunto do complexo social e sua regulação. Marx descreve às condições de trabalho em relação aos sexos (na produção) como uma “pestilenta fonte de corrupção e escravidão” e aduz que só sob condições apropriadas para o operário, o processo de trabalho se converterá em uma fonte de desenvolvimento humano. Esta esperança é a base para a perspectiva de incluir à mulher no processo de trabalho. Desde que o conjunto total de trabalho necessário para a reprodução da sociedade, tanto como a distribuição deste trabalho (pagamento e dívida) entre os gêneros e o apoio para o total acordo em relação à lei, à moral, à política e à ideologia, não entram nesta análise, esta ilusão por liberar à mulher mediante só sua inclusão no processo de trabalho, passa por cima a onipresente e enganosa relação entre os gêneros.

Esta estreiteza de visões conduziu ao movimento de trabalhadores a postular uma direção seqüencial de lutas de liberação (em primeiro lugar, os trabalhadores depois as mulheres), uma crença que ignora o fato de que as relações de produção são de fato sempre relações de gênero, e também ignora a força das relações de gênero em determinar a forma específica das relações sociais em seu conjunto.

Postscriptum a Engels

Em sua entusiasta recepção dos escritos de Bachofen e Morgan, Engels assimilou um tipo de linguagem no qual a opressão da mulher devia ser entendida, confirmando, desse modo, uma leitura que colocava às relações de gênero como algo adicional e exterior às relações de produção –idéia que ainda conserva uma enorme influencia. Em *A Origem da Família, da propriedade privada e do estado*, Engels (1992) redige seu famoso parágrafo sobre a monogamia reduzindo virtualmente as relações de gênero a uma relação pessoal de dominação, e a denomina relação de classe, trazendo-a de volta à esfera das relações sociais:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas ao mesmo tempo inaugura, junto com a escravidão e as riquezas privadas, a época que dura até nossos dias na qual cada progresso é ao mesmo tempo um regresso relativo e onde o bem-estar e o desenvolvimento de uns verificam-se à custa da dor e da repressão de outros. A monogamia é a forma celular da sociedade civilizada, na qual podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que alcançam seu pleno desenvolvimento nesta sociedade (Engels, 1992: 124).

A retórica enganosa esconde um fato fundamental: tais formulações fracassam no momento de olhar as relações de trabalho dentro da estrutura da monogamia. Conceitos tais como antagonismo, bem-estar, e repressão nos conduzem a pensar as relações de gênero como meras relações de subjugação e vitória logo depois de uma guerra e não como um modo de produção para ambos os sexos. Engels não estuda como as relações de produção se correlacionam com as relações de gênero. Embora note a separação das esferas da produção da vida e da produção dos meios de vida que é funcional ao capitalismo, não consegue ver que esta separação é em si mesma parte das relações de produção. Em seu prefácio à primeira edição, esboça o que considera ser a produção e reprodução da vida imediata: “De um lado, a produção dos meios de existência, de

produtos alimentícios, de roupa, de moradia e dos instrumentos que são necessários para produzir tudo isso; de outro, a produção do próprio homem, a propagação da espécie” (Engels, 1992: 28).

Ao utilizar “produção” em ambos os casos, Engels fornece um ponto de partida para uma teoria da opressão da mulher, elaboração que bloqueou, entretanto, ao formular as duas formas de produção como “por um lado [...] trabalho, pelo outro [...] família”. À família cabe o trabalho de produzir os mantimentos, a vestimenta, o refúgio e demais, separação que faz de qualquer teoria da opressão da mulher que pudesse desenvolver-se, uma questão exclusivamente de processos biológicos. Conseqüentemente, examina a organização da procriação, mas não à maneira em que o trabalho realizado dentro da família se relaciona à totalidade do trabalho e à reprodução da sociedade.

Podemos ler seu trabalho, então, como uma contribuição à história das relações de gênero no nível da sexualidade e da moral –embora com motivos puritanos– mas ao mesmo tempo como um fracasso na hora de escrever esta história como parte das relações de produção. Em seu lugar, reúne grande quantidade de material para provar a humilhação da mulher. Não vê o alcance de como as relações de gênero impregnam o modo de produção em seu conjunto. A mulher parecia ser mera vítima:

A derrocada do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo mundo. O homem empunhou também as rédeas na casa; a mulher se viu degradada, convertida na servidora, na escrava da luxúria do homem, em um simples instrumento de reprodução (Engels, 1992: 110-111; itálicos no original).

Em alguma outra parte menciona o trabalho na família, mas só como ponto de partida para sua observação que é a produção mais à frente do nível de subsistência que permite a produção dos meios de produção. Novamente omite as relações de gênero neste desenvolvimento. Para ele, a família está quieta em uma fase de não-desenvolvimento, considerando que o progresso social resulta do excedente do produto trabalhista sobre o custo de manter o trabalho como base “de todo progresso social, político e intelectual”. Esta separação torna também impossível pensar em relações de gênero como relações de produção e por essa razão reconhecer o emprego de relações de gênero no nível do

conjunto total como um fundamento de acumulação capitalista.

A perspectiva de Engels em relação às relações de gênero liberadas é a inclusão da mulher na indústria, um movimento que já descobre na produção capitalista organizada, onde as pessoas então necessitam somente prevenir as conseqüências prejudiciais.

A mesma causa que tinha assegurado à mulher sua anterior supremacia na casa – sua ocupação exclusiva nos trabalhos domésticos– assegurava agora a preponderância do homem do lar [...] A emancipação da mulher não se faz possível senão quando esta pode participar de grande escala, em escala social, na produção e o trabalho doméstico não lhe ocupa senão um tempo insignificante. Esta condição só pode realizar-se com a grande indústria moderna, que não somente permite o trabalho da mulher em vasta escala, mas sim até o exige e tende mais e mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública (Engels, 1992: 276-277).

O erro histórico desta perspectiva também influiu sobre o projeto socialista de estado, apóia-se na redução das relações de gênero a uma relação entre homem e mulher, em lugar das ler como relações de produção que impregnam todas as esferas da vida e a sociedade.

Em *As condições da Classe Operária na Inglaterra* (1946), Engels desenvolve depois a idéia segundo a qual a propriedade privada é a base da dominação do homem sobre a mulher. Neste sentido, a propriedade privada destrói a verdadeira relação entre o homem e a mulher (um pensamento que levou a sustentar como suposto que a família proletária, em sua carência de propriedade, estaria livre de dominação). Em relação a esta última, o amor se converteria em regra só entre as classes oprimidas porque nestas não há propriedade nem herança a ser conservada, únicas razões pelas quais a monogamia e a dominação masculina foram criadas.

Isto não foi só descritivamente falso, também fracassa no momento de entender a função da divisão do trabalho entre o lar e a indústria e, com isso, o papel das relações de gênero para a reprodução da sociedade capitalista. Mas Engels está de fato interessado principalmente na relação pessoal entre homem e mulher, uma relação que

visualiza como totalmente privada em uma ordem social comunista.

Reflexões críticas

A revisão crítica de Marx e Engels resulta na seguinte tese: as relações de gênero são relações de produção. Isto invalida a tendência de pensar nelas puramente como relações entre homem e mulher. Pelo contrário, os diferentes modos de produção na história devem ser sempre estudados como moldados por relações de gênero, isto é, em termos de como a produção da vida é regulada na totalidade das relações de produção, e como sua relação com a produção dos meios de vida é organizada. Isto inclui a construção dos gêneros –feminilidade/masculinidade–; as perguntas referidas à divisão do trabalho e à dominação –sua legitimidade ideológica–; a política sobre a sexualidade e a naturalização do mercado. À luz desta última, também critico o conceito de relações de produção como é comumente utilizado por Marx.

Pensar em relações de gênero como relações de produção pode parecer presunçoso, já que estamos acostumados a pensar recentemente como a organização da produção dos meios de vida. Assim é que entendemos as relações capitalistas de produção como a organização de produção proveitosa e rentável para o mercado. Conceitos centrais para a análise destas relações, tais como o caráter dual do trabalho, trabalho alienado ou assalariado, e forças produtivas, todos vêm da economia e da política. Esta aproximação supõe que todas estas determinações são gênero-neutro e, portanto, que todas as práticas que são gênero-específico estão não relacionadas às relações de produção, e são muito afetadas por elas periféricamente.

Sustento que todas as práticas na sociedade estão determinadas por relações de gênero –têm um subtexto de gênero– são, por isso, colocadas em chave de dominação e que, portanto, devemos incluí-las em qualquer análise e compreensão da sociedade. Isto se fundamenta em uma produção social dupla, na medida em que produz a vida e os meios de vida. Já sabemos que a produção da vida se refere à própria vida como também à procriação; chamamos estas duas produções de reprodução, embora este seja um conceito errôneo já que a produção dos meios de vida deve também ser reproduzida, na forma de capital, matérias primas, força de trabalho, etc. Por conseguinte a diferença não é entre produção e reprodução, mas sim entre vida e meios de vida, e preferiria dizer não de reprodução, mas sim de sustento de vida (subsistência) e desenvolvimento de

atividades vitais.

Como estão dispostas estas duas esferas, a dos meios de vida e a da vida em si mesma? Que papel têm os gêneros? Como ocorre a dominação? Podemos logo assumir que o desenvolvimento das forças produtivas, do progresso, e da acumulação de riquezas se relaciona com a esfera da produção dos meios de vida, que em tanto parece ter prioridade, subordina a esfera de vida como uma pressuposição e um resultado.

Atualmente, chegamos a um ponto no qual o desenvolvimento das forças produtivas se introduziu na produção da vida em si mesma. O desenvolvimento da tecnologia do gene em conexão com a reprodução humana está tendo efeito tão decisivo nas relações de gênero que devem ser fundamentalmente repensadas. Até agora podemos assumir que, apesar da tendência do capital de incorporar constantemente novos meios de produção, a reprodução e aumento de meninos não se incluíam, posto que estas atividades não se organizam e se orientam para um benefício. Embora o amparo e repressão da mulher já aparecessem como dois aspectos das relações de produção, o corpo da mulher até agora não constituiu por si mesmo matéria-prima para a produção. Com o advento da reprodução de vida como uma forma de mercadoria, entramos em uma nova era, apesar do fato de o incremento de meninos como indivíduos na sociedade humana não ter sido por essa razão resolvido. A dificuldade de pensar esta nova situação é agravada pelos esforços que majoritariamente se limitam a uma avaliação da esfera moral, em vez de concentrar-se nas relações de produção em seu modo capitalista de orientação utilitária.

Recorrendo às revelações de Gramsci, Althusser e Poulantzas

Graças a Gramsci, Althusser e Poulantzas, podemos deixar para trás a concepção da sociedade apoiada em puros termos econômicos, com uma dominação exercida como um ato unilateral de cima e sendo recebida a partir de mera passividade.

Gramsci desenvolveu, em suas notas sobre o fordismo, uma análise exemplar das relações de gênero como relações de produção. Seu ponto de partida foi a mudança no modo de produção (produção em massa e cadeia de montagem) e a criação de um novo tipo de homem para o novo trabalho e a regulação deste processo. Gramsci não pensa na economia como base e no estado como superestrutura, forma mecânica de pensar que perde de vista forças decisivas, entre elas as relações de gênero. Gramsci

desdobra a superestrutura em uma série de superestruturas rivais com um efeito em comum; desta maneira um pode entender estratégias e táticas. Além disso, propõe dois níveis: sociedade civil e sociedade política. Trata-se de uma diferença metodológica; “na vida histórica concreta, sociedade política e civil são o mesmo” (Gramsci, 1977). Isso lhe permite diferenciar entre coerção e consenso, autoridade e hegemonia, violência e cultura.

O objetivo é analisar a maneira em que as formações sociais, os discursos, e os meios de comunicação relevantes para a hegemonia operam no nível da sociedade civil onde os cidadãos participam, ou seja, como é organizado o consenso. Um conceito adicional útil é o de bloco histórico, que admite reconciliar as forças em conflito –neste caso, a interação do modo de produção em massa e as campanhas do estado em relação à moral (por exemplo, puritanismo)– para criar o novo tipo de homem. Neste contexto, as relações de gênero se apresentam como a especial sujeição do homem em seu caráter de assalariado como trabalhador na linha de montagem através do uso de poder mecânico e maiores salários, o que permite mais consumo, manter uma família, e tempo livre, que se torna necessário para a manutenção do trabalho masculino escravizado. Sua exploração requer uma moralidade especial e certo estilo de vida: monogamia em lugar de sexo vagabundo (o qual exige muito tempo), menor consumo de álcool e uma dona-de-casa que vigia a disciplina, o estilo de vida, a saúde e alimenta à família. O compromisso dos sexos, sua construção, suas ações subjetivas, a regulação por campanhas morais e as políticas de saúde públicas se manifestam plenamente.

É óbvio que esta disposição dos gêneros deve ser alterada assim que mude o modo de produção. É tão assim que, por exemplo, uma sociedade em que as forças produtivas são de alta tecnologia, onde as relações do trabalho intelectual e físico se inverteram, onde as necessidades dos trabalhadores são menores e de tipo distinto deve ser mantida em uma forma hegemonicamente diferente, necessita diferentes tipos de intervenções por parte do estado e produz efeitos diferentes no nível civil. Um estudo dos novos assuntos do trabalho deve incluir a nova determinação das relações de gênero porque a vida, suas formas, e a conservação e desenvolvimento da mesma estão sempre em questão. Nesse sentido, confrontamos o paradoxo em relação ao qual as relações de gênero são uma forma de relações sociais.

Uma rica resposta a este desafio é sugerida pelas propostas do Louis Althusser.

Seguindo Marx, Althusser examina a estrutura da sociedade em diferentes níveis e diferenças dentro da superestrutura entre a política-jurídica (estado e lei) e a ideológica (com moral e religião). Isto lhe permite considerar a relativa eficiência e autonomia de cada uma, levando em conta a dominação e as mudanças. Seu ponto de vista é a reprodução da sociedade como um todo. Nesta aproximação da história dos modos de produção, propõe conceitos como não-simultaneidade, desenvolvimento desigual, atraso, obsoleto. Para a análise das relações de produção, temos que estudar a configuração atual com sobredeterminações, dependências e relações de articulação.

Seguindo Marx e Althusser em nosso estudo de relações de gênero como relações de produção, podemos descobrir quebras e fenômenos de não-simultaneidade nas relações de gênero dentro da configuração neoliberal específica de nossa época desde os anos setenta. Vemos o tipo fordista de homem ao mesmo tempo em que o “novo empresário”, discursos hegemônicos sobre responsabilidade individual, e um bloco histórico de social-democratas e economia neoliberal global, exibida, por exemplo, nos meios de comunicação que propagam uma nova forma de vida do estado físico, de juventude, saúde, e políticas sexuais para um indivíduo, apoiando, enquanto isso, uma moral conservadora para o outro. Ambos mantêm sua coerência em virtude do discurso sobre a responsabilidade individual. Respeito ao novo empresário, experimentamos uma intensificada individualização que pode em parte prescindir das relações de gênero hierárquicas –a sujeição da mulher– e inclusive da norma da heterossexualidade na nova forma de vida. Deste modo, as velhas relações de dominação podem continuar existindo como um tipo de atraso dentro das novas relações.

Finalmente, Nicos Poulantzas nos ajuda a evitar uma aproximação mecânica que ainda prevalece na idéia da dependência da esfera política no modo de produção. Propõe ver o político como um terreno de luta com contradições que podemos observar na confrontação entre, de um lado, o discurso oficial da responsabilidade individual e, por outro, as não simultaneidades experimentadas por aqueles de ambos os sexos que tentam dirigir suas vidas individualmente enquanto ao mesmo tempo permanecem incrustados nos velhos ideais de cuidado das relações de gênero do fordismo (levadas adiante pelo bloco hegemônico da igreja, os partidos, o estado e a população correspondente). Neste marco, devemos ser completamente flexíveis no político. Não

podemos utilizar religiosamente argumentos como confissões, mas devemos formá-los, como diz Brecht, como bola de neve – sólidos e notáveis, mas capazes de ser fundidos e formados de novo em configurações cambiantes.

Resumindo, proponho liberar o conceito das relações de produção de sua redução à produção dos meios de vida, ou melhor, pensar o anterior como inserido na política e a ideologia, juridicamente constituído, moralmente formado, e configurado em relações de gênero em todo nível. Assim, podemos falar de relações de gênero como relações de produção em uma forma tripla:

- como um nível no qual os cidadãos estão especificamente e historicamente posicionados em organizar e produzir suas vidas;
 - como um momento decisivo na produção dos meios de vida e sua relação de - produção e manutenção da própria vida; e
- como um campo com contradições nele e entre os modos de produção.

Para então finalizar, sustentamos que pensar em relações de gênero como relações de produção significa criticar como insuficiente a idéia tradicional das relações de produção.

Bibliografia

Althusser, Louis 1976 *Positions (1964-1975)* (Paris: Éditions Sociales).

Althusser, Louis 1972 *Das Kapital lesen* (Hamburgo).

Engels, Friedrich 1962 “Anti Dühring” em *Marx-Engels Werke* (Berlim: Dietz Verlag Berlin) Vol. 20.

Engels, Friedrich 1972 “Lage der arbeitenden Klasse in England” em *Marx-Engels Werke* (Berlim: Dietz Verlag Berlin) Vol. 2.

Engels, Friedrich 1986 *The Origin of the Family, Private Property and the State* (Harmondsworth: Penguin).

Gramsci, Antonio 1977 *Quaderni del carcere* (Turim: Einaudi).

Luxemburg, Rosa 1975 *Die Akkumulation des Kapitals* (Berlim: DDR).

Marx, Karl 1962a “*Das Kapital*, vol. I” em *Marx-Engels Werke* (Berlim: Dietz Verlag Berlin) Vol. 23.

Marx, Karl 1962b “*Das Kapital*, Vol. II” em *Marx-Engels Werke* (Berlim: Dietz Verlag

Berlin) Vol. 24.

Marx, Karl 1969 “Ökonomisch-philosophische Manuskripte” em *Marx-Engels Werke* (Berlin: Dietz Verlag Berlin) Vol. 40.

Marx, Karl e Engels, Friedrich 1969 “Die deutsche Ideologie” em *Marx-Engels Werke* (Berlin: Dietz Verlag Berlin) Vol. 3.

Marx, Karl e Engels, Friedrich 1972 “Die Heilige Familie” em *Marx-Engels Werke* (Berlin: Dietz Verlag Berlin) Vol. 2.

Poulantzas, N. 1974 *Politische Macht und gesellschaftliche Klassen* (Frankfurt).